

Co-incineração vai avançar já este ano

ANÚNCIO ■■■ Testes em Souselas e Outão dentro de três a seis meses

■■■ Ministro e cientistas afixam segurança da tecnologia e Quercus sublinha o "pilar" dos CIRVER

■ Alfredo Mala

O Governo confirmou ontem a retoma da opção da co-incineração de resíduos industriais perigosos (RIP). Os testes vão começar dentro de três a seis meses e duram até ao final do ano nas fábricas de cimento de Souselas, em Coimbra, e de Outão, em Setúbal. O ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional prevê que a queima entre em "em velocidade de cruzeiro" dentro de um ano. Mas pelo menos o presidente da Câmara de Coimbra já levanta entraves.

Como se trata de uma nova actividade industrial, considera Carlos Encarnação, deverá ser pedida nova licença e a outorga não a concederá, anunciou. Confrontado com a ameaça, Francisco Nunes Correia replica que tal eventualidade estava prevista pelos juristas e não a teme. "Não há nova actividade; há simplesmente mudança de combustível", declarou ao "Jornal de Notícias".

De que combustível fala o governante? Nas suas contas, "de uma previsão de 10% a 20%" das cerca de 260 mil toneladas anuais de RIP que não têm outra solução (por exemplo, tratamento químico ou biológico ou reciclagem), explicou ontem, na apresentação da versão actualizada do relatório da extinta comissão científica independente (CCI) para a co-incineração.

Na opinião do mais mediático membro da CCI, José Cavalheiro, da Universidade do Porto, as contas podem ser bastante superiores: 80 mil toneladas por ano, declarou na mesma cerimónia. "Não sei que contas faz o ministro, mas, nas minhas, estimo as fracções de RIP, como óleos e solventes, que se encontram de tal modo contaminadas que não podem ser regeneradas", explicou o cientista ao JN.

Ministro e cientistas (além de Cavalheiro, Sebastião Formosinho, da Universidade de Coimbra, e Casimiro Pio, da de Aveiro) centraram as suas intervenções em dois objectivos centrais. O primeiro, mostrar que a co-incineração não é uma solução isolada, mas que se articula com os centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER), que entrará em serviço em 2007, pois só serão queimados nas cimenteiras os que não puderem ter outro destino. O segundo, que as actuais tecnologias de co-incineração e que os dados hoje conhecidos sobre os seus efeitos permitem garantir que se trata de um método seguro de eliminação de resíduos perigosos e de uma boa opção na substituição de combustíveis fósseis usados nos fornos das cimenteiras.

Quanto às dioxinas/furanos, por exemplo — os compostos mais esgrimidos para fundamentar a oposição à tecnologia —, um estudo realizado já após a elaboração do contestado relatório da CCI evidenciou que, do total destes compostos químicos produzidos na Europa, apenas 0,1% eram atribuídos à co-incineração de RIP, narrou Casimiro Pio.

Devido às elevadas temperaturas que os gases de combustão atingem, 99,9999% das moléculas são destruídas, garantiu por seu lado Sebastião Formosinho, admitindo que, do conjunto dos compostos e substâncias que podem preocupar os cidadãos, os metais voláteis e não-voláteis apresentam mais dificuldade de controlo nas chaminés. Por isso, explicou Casimiro Pio, ao contrário do que acontecia há uns 20 anos, quando os RIP eram lançados para os fornos praticamente dentro dos bidões logo no arranque da queima, na actual tecnologia, a entrada no processo ocorre em temperaturas muito elevadas e em combustível previamente preparado (a granulometria de dois a cinco milímetros no queimador principal, específico).



Oposição unida contra medida do Governo

■■■ A Oposição ao Governo é unânime na crítica ao avanço da co-incineração e está preparada para avançar com medidas no terreno. O Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) confirmou que vai concretizar a sua ameaça, apresentando uma queixa à Comissão Europeia contra a co-incineração no Outão, situado no Parque Natural da Arrábida, classificado como área protegida pela própria União Europeia.

O líder do CDS-PP, Ribeiro Castro, acusou o primeiro-ministro, José Sócrates, de "querer ser o Tarzan da co-incineração" ao "abrir polémica numa matéria da maior seriedade". Hoje mesmo, Ribeiro e Castro estarão no Outão e em Souselas, onde reafirmará a sua con-



PEV manifestou-se no Porto

testação à medida ontem anunciada.

O maior partido da Oposição, o PSD, acusou o Governo de "persistir no erro" ao adoptar a co-incineração, com o deputado Jorge Moreira da Silva a

alertar que os resíduos que o Governo quer queimar nas cimenteiras são "os mais perigosos" e que, "mais tarde ou mais cedo", o Executivo "vai ter que recuar".

No mesmo sentido, o Bloco de Esquerda, pela voz da sua deputada Alda Macedo, afirmou que a co-incineração em Souselas e Outão é "um erro calamitoso", uma vez que inviabiliza a opção por outras alternativas de tratamento dos resíduos menos prejudiciais para o ambiente. Finalmente, o PCP acusa Sócrates de ter conduzido o processo, "sem o envolvimento das populações", o que, para José Neto, da comissão política do PCP revela que "foram as cimenteiras que determinaram a decisão".



.Minientrevista

Carlos Borrego

Catedrático da Univ. de Aveiro

O pior problema foi faltar decisão sobre o processo

■ Concorda com o avanço da co-incineração?

■ O pior problema é não se ter tomado nenhuma decisão desde 1994. Hoje é razoável do ponto de vista ambiental usar-se o sistema de co-incineração. Não percebo é porque não se deixa terminar os CIRVER para garantir que os resíduos que vão ser co-incinerados passem previamente por esses centros e cheguem já triados. Também não entendo que o Governo preveja o funcionamento do processo só para daqui a um ano. Não sou crítico da co-incineração, sim da forma como o processo foi conduzido.

■ As populações têm razão para se sentir ameaçadas?

■ Não há actividade industrial sem efeitos no ambiente. Mas podemos minimizá-los. No caso da co-incineração, isso é possível a níveis sem prejuízos para a saúde. Não é por haver co-incineração que as populações vão estar sujeitas a maior perigo do que estariam com outra indústria. As populações podem estar descansadas, dentro daquilo que é razoável e normal esperar de um funcionamento industrial.

■ As próprias cimenteiras e as Comissões de Acompanhamento são garantia para as populações?

■ É um trabalho muito técnico. Não vejo Comissões de Acompanhamento com competência técnica para intervenção directa. A fiscalização e a inspecção técnica, oficial e formal do Ministério do Ambiente é que podem ser a garantia dos cidadãos. Elas devem funcionar a sério, não como acontece em Portugal, por falta de meios. **Eduarda Ferreira**

Boaventura Sousa Santos lança a "segunda guerra"

■ Uma das vezes que, em Souselas, mais se destacaram no movimento de contestação à queima dos RIP lançou ontem um apelo aos cidadãos do concelho para se envolverem naquilo que definiu como uma "segunda guerra contra a co-incineração". O sociólogo Boaventura Sousa Santos entende que existem a gora "muitas mais razões" para lutar contra o processo. "Tudo leva a crer que a insensatez imperou", disse à Agência Lusa o director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, defendendo o recurso a mecanismos judiciais, como "a acção popular", para travar o processo. É isso mesmo que os dois autarcas, Carlos Encarnação e João Pardal, pretendem fazer. O primeiro, presidente da Câ-



mara, diz que não licencia aquilo que considera ser uma nova actividade na Cimpor de Souselas (ver texto principal). O segundo, presidente da Junta de Freguesia, admite interpor uma providência cautelar para impedir o início dos testes (previstos para Junho). João Pardal adiantou que marcou para o próximo dia 12 uma reunião com a população local, tendo dirigido um convite

à Administração Regional de Saúde do Centro para comparecer e explicar o estudo que indica que as pessoas estão doentes. Um encontro em que marcação presencia cientistas da Universidade de Coimbra que preparam um parecer sobre a co-incineração na cimenteira local. Um deles deverá ser Masano Cardoso, que é também provedor do Ambiente do município e que ontem recordou a existência de "estudos epidemiológicos que demonstram uma associação entre a queima de resíduos e a prevalência de determinadas patologias nas populações circunvizinhas".

Câmara de Setúbal e movimento preparam acções de protesto

■ A Câmara de Setúbal promete encabeçar os movimentos de contestação à co-incineração de resíduos perigosos na cimenteira do Outão e admite abandonar o lugar na Comissão de Acompanhamento Ambiental da Secil. O compromisso foi assumido pelo vereador do Urbanismo da autarquia, logo após o anúncio do ministro do Ambiente. "O presidente da Câmara de Setúbal vai convocar uma reunião de emergência da Comissão de Acompanhamento Ambiental da Secil, que foi constituída para acompanhar a co-incineração de resíduos banais na cimenteira do Outão, não sendo de excluir a possibilidade de abandonarmos aquele órgão de fiscalização", disse à 'Lusa' Aranha Figueiredo.



Manuel Salazar, um dos membros do grupo de Cidadãos pela Arrábida, explica que "já houve alguns contactos" entre os diversos elementos que integraram o movimento constituído em 1998 para lutar contra a co-incineração. "Estamos perante uma atitude de 'revanchismo' do actual primeiro-ministro, José Sócrates, que pretende avançar com o processo de co-incinera-

ção tal com o já tinha tentado fazer enquanto ministro do Ambiente", disse Manuel Salazar. "Por muito bom que fosse o processo de co-incineração, haveria sempre o risco de

acidentes. Há sempre o risco de acidentes com resíduos perigosos no transporte ou mesmo durante a queima nos fornos das cimenteiras", acrescentou. Entretanto, a Câmara Municipal de Setúbal já lançou um abaixo-assinado contra o propósito anunciado pelo Governo que reuniu cerca de 4500 assinaturas. O documento foi já entregue aos vários órgãos de soberania.

Como a preparação do combustível é feita fora das cimenteiras - nos CIRVER -, pode-se fazer uma gestão adequada dos resíduos, acentuou Sebastião Formosinho. É justamente com os CIRVER que "se deve fazer menos combustível e mais limpo", concorda Rui Berkemeier, o dirigente da "Quercus" - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

"Um dos aspectos mais importantes deste relatório é o reconhecimento de que os CIRVER são o pilar do sistema", disse o ambientalista ao JN, chamando, no entanto, a atenção para a falta de previsão de comissões de acompanhamento na co-incineração, ao contrário do que a lei estipula para aqueles centros. Mas o prazo apontado pelo Governo também é criticado. "Não se justifica a urgência com que o Governo pretende avançar para os testes - três a seis meses - que correspondem a um prazo insuficiente para envolver as populações e para dar-lhes garantias, por exemplo, de que todos os resíduos a queimar passarão pelos CIRVER.

Souselas e Outão preparam combate à co-incineração

► Queima de resíduos começará no próximo ano